



**The license course in Libras Letters at UFS:
fighting, impacts and inclusion**

**O curso de licenciatura em Letras Libras na UFS:
embates, impactos e inclusão**

**El curso de licencia en Letras Libras en UFS:
lucha, impactos e inclusión**

Adriana Alves Novais Souza¹ , Veleida Anahí da Silva¹ , Rita de Cácia Santos Souza¹ 

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Adriana Alves Novais Souza

E-mail: dria.novais.souza@gmail.com

Como citar: Souza, A. A. N., Silva, V. A., & Souza, R. C. S. (2021). The license course in Libras Letters at UFS: fighting, impacts and inclusion. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12304. <https://doi.org/10.20952/jrks2112304>

ABSTRACT

Our objective, in this work, is to present the historical development of the degree course in Letras Libras at the Federal University of Sergipe (UFS), tracing a brief overview of the creation of the first course in the country, at the Federal University of Santa Catarina, until the developments that culminated in the creation of the course, in 2014, at the Federal University of Sergipe, in compliance with the pact established by the Viver Sem Limite Plan, of the Federal Government. The research, a qualitative study, was based on the analysis of legal documents that regulate the national education of deaf people, in Quadros (2014), one of the main responsible for the implementation of the first course of Letras Libras in Brazil, in the resolutions and official documents about the course at UFS and, in order to unveil the intricacies of the creation process, which do not always materialize in official documents, so, we seek to rescue the narratives of the professionals involved, collected through the semi-structured interview. In this way, it was possible to build a construct that highlights not only the curricular and pedagogical aspects of the course, but its relevance for expanding the inclusive process in the academic environment, as well a deeper understanding of deafness, the deaf person and their educational and linguistic specificities.

Keywords: Deafness. Degree in Libras Letters. Federal University of Sergipe.

RESUMO

Nosso objetivo, neste trabalho, é apresentar um histórico do curso de licenciatura em Letras Libras na Universidade Federal de Sergipe (UFS), traçando um breve panorama da criação do primeiro curso no país, na Universidade Federal de Santa Catarina, até os desdobramentos que

culminaram na criação do curso, em 2014, na Universidade Federal de Sergipe, atendendo ao pacto estabelecido pelo Plano Viver Sem Limite, do Governo Federal. A pesquisa, do tipo qualitativa, baseou-se na análise de documentos legais que regulamentam a educação de surdos no país, em Quadros (2014), uma das principais responsáveis pela implantação do primeiro curso de Letras Libras no Brasil, nas resoluções e documentos oficiais acerca do curso na UFS e, para desvelar os meandros do processo de criação, que nem sempre se materializam nos documentos oficiais, buscamos resgatar as narrativas de profissionais envolvidos, coletadas através da entrevista semiestruturada. Dessa forma, foi possível montar um construto que evidencia não apenas os aspectos curriculares e pedagógicos do curso, mas sua relevância para a ampliação do processo inclusivo nos espaços acadêmicos, bem como uma maior compreensão da surdez, da pessoa surda e de suas especificidades educacionais e linguísticas por parte da comunidade ouvinte.

Palavras-chave: Letras Libras licenciatura. Surdez. Universidade Federal de Sergipe.

RESUMEN

Nuestro objetivo, en este trabajo, es presentar una historia de la carrera de Letras Libras de la Universidad Federal de Sergipe (UFS), trazando un breve panorama de la creación del primer curso en el país, en la Universidad Federal de Santa Catarina, hasta los desarrollos que culminaron con la creación del curso, en 2014, en la Universidad Federal de Sergipe, en cumplimiento del pacto establecido por el Plan Viver Sem Limite, del Gobierno Federal. La investigación, de tipo cualitativo, se basó en el análisis de documentos legales que regulan la educación de sordos en el país, en Quadros (2014), uno de los principales responsables de la implantación del primer curso de Letras Libras en Brasil, en las resoluciones y documentos oficiales sobre el curso en la UFS y, con el fin de develar los entresijos del proceso de creación, que no siempre se materializan en documentos oficiales, buscamos rescatar las narrativas de los profesionales involucrados, recogidas a través de la entrevista semiestruturada. Así, fue posible construir un constructo que resalte no solo los aspectos curriculares y pedagógicos del curso, sino su relevancia para ampliar el proceso inclusivo en los espacios académicos, así como una mayor comprensión de la sordera, de la persona sorda y sus aspectos educativos y especificidades lingüísticas, por la comunidad de escucha.

Palabras clave: Licenciatura en Letras Libras. Sordera. Universidad Federal de Sergipe.

INTRODUÇÃO

Com a conquista da Lei da Libras, através da Lei 10.436/2002, abriu-se um espaço para a garantia de direitos de acessibilidade linguística na saúde, educação e lazer para as pessoas surdas. Especialmente na educação, a perspectiva de mudança num cenário de invisibilidade e exclusão se deu de diversas maneiras, seja com a inclusão obrigatória da disciplina Libras nos cursos de formação docente e de Fonoaudiologia, bem como com a perspectiva de uma educação bilíngue: o direito de aprendizagem na Libras como primeira língua, tendo a Língua Portuguesa como língua adicional.

O Decreto 5.626/2005, que regulamentou a Lei da Libras, atribuiu ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a responsabilidade de, num prazo de até 10 anos, promover programas específicos para a criação de cursos de graduação para atender a esta demanda, como “formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua” e de cursos de “licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos”, bem como “de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa” (Brasil, 2005, p. 3).

Como forma de atender ao determinado, o Governo Federal instituiu, em 2013, através da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver Sem Limite, cujas metas relativas aos direitos da pessoa surda tratam especificamente da educação bilíngue, com a estimativa de: contratação de 690 professores, tradutores e intérpretes de Libras; criação de 27 cursos de Letras Libras; e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue.

Na esteira desse plano é que foi criado, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), o primeiro curso de Letras Libras licenciatura do estado, aprovado sob a Resolução de nº 50/2013/CONPEPE, em 21 de novembro de 2013, com o intuito de formar profissionais capacitados para o ensino de Libras, conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro (UFS, 2013).

Nosso objetivo, neste trabalho, é apresentar como se deu o processo de implantação desse curso, desvelando os meandros, desde as primeiras reuniões para tratar de sua implantação, até a criação de um Departamento de Libras de Libras na UFS, bem como os impactos gerados tanto pelo curso quanto pelo maior número de surdos nos espaços acadêmicos.

A pesquisa, do tipo qualitativa, baseou-se na análise de documentos legais que regulamentam a educação de surdos no país, na produção organizada por Quadros (2014), que trata do curso de Letras Libras na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, primeiro a ser implantado no país, nas resoluções e documentos oficiais acerca do curso na UFS e nas narrativas de profissionais envolvidos no processo de implantação, coletadas através da entrevista semiestruturada.

Para melhor compreender as especificidades dessa formação, partimos do marco da educação de surdos no Brasil, com a criação do Instituto de Educação e Integração de Surdos (INES), apresentamos o processo de criação e as especificidades do primeiro curso de Letras Libras, na UFSC para, por fim, chegar ao processo que culminou com a chegada do curso na Universidade Federal de Sergipe, a partir das percepções dos envolvidos e do Projeto Pedagógico do Curso.

Do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) ao reconhecimento da Libras como direito linguístico do povo surdo brasileiro

No Brasil, o ensino de surdos tem seu marco em 1857, com a chegada do professor surdo francês Ernest¹ Huet, primeiro gestor e professor de surdos no Brasil, que veio ao Brasil com a intenção de fundar uma escola para surdos. Huet apresentou a D. Pedro II um projeto de escola que deveria ser mantido financeiramente pelo governo central, visto que as famílias de pessoas surdas geralmente não possuíam condições para garantir sua formação e, assim, fundou-se o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, promulgado através da Lei nº 839 (Seixas, 2015). Somente em 1957 é que passa se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (Moura, 2000; Lopes, 2011).

Atendendo inicialmente a dois alunos e chegando a um total de 17 após quatro anos, o Instituto, que tinha em seu currículo o ensino da língua de sinais e escrita, baseava-se no ensino de disciplinas como português, aritmética, geografia, história, bem como leitura labial e articulação para aqueles alunos que tivessem aptidão para a oralização (Moura, 2000). Após a saída de Huet, por motivos pessoais, em 1861, o Instituto passou por diversas gestões e, sob o impacto do Congresso de Milão, em 1888, quando toda e qualquer forma de sinalização pelos surdos foi proibida, o oralismo puro passou a ser o único método de ensino.

A instituição passou por diferentes gestões que culminaram num estado de precariedade do ensino e de sua infraestrutura, bem como das condições de atendimento aos alunos surdos, que não possuíam recursos financeiros e viviam maltrapilhos (Seixas, 2015). Tal

¹ Há uma certa dúvida acerca da grafia de seu primeiro nome. Encontramos referências que o nomeiam Eduardo ou Edouard ou ainda Hernest (Bentes & Hayashi, 2016). Mantivemos Ernest com base em Seixas (2015).

situação perdurou até meados da década de 30, quando passou a ser gerida pelo Dr. Armando Lacerda, que buscou reorganizar o Instituto e estabelecer mudanças pautadas num plano de atendimento diferenciado, de acordo com as predisposições dos estudantes para a aprendizagem da linguagem escrita e/ou articulada/oral. O objetivo dos educadores era tentar suprir a falta da linguagem e, nesse sentido, o ensino tinha por foco a comunicação como requisito fundamental para a interação social, o que significava aprendizagem da língua comum (a do ouvinte), na forma escrita ou oral. Destacamos que a língua de sinais não fazia parte dessa proposta (Moura, 2000; Seixas, 2015).

O ensino ofertado dividia-se em Linguagem escrita, Linguagem oral (leitura labial) e Linguagem oral/auditiva (para alunos com resíduos auditivos). Eram oferecidas oficinas de treinamento de uma profissão, tais como encadernação, sapataria, alfaiataria, modelagem e marcenaria. O processo de aprendizagem estava condicionado ao domínio de uma profissão e, portanto, quando essa etapa se consolidava, o estudo estava concluído (Rocha, 2008). Além das oficinas, ofertou-se também um Curso Normal, para habilitar professores ao ensino de surdos, o qual seria feito em classes especiais, “anexas às escolas primárias dos estados, com o objetivo de propiciar economia para o Estado e a convivência de surdos com ouvintes” (Moura, 2000, p. 84). Esses professores passaram a atuar em diferentes regiões do país, formando outros professores. Ainda, mantinha os princípios da formação que Lacerda defendia, de apropriação oralista, sem utilização da língua de sinais.

Posteriormente, após a evidência do fracasso do método oralista no mundo, outras concepções de ensino de surdos foram adotadas no INES e o curso foi transformado em curso superior em Pedagogia, de natureza bilíngue, recebendo estudantes de outros estados no regime de internato e do Rio de Janeiro, cidade em que funcionava o Instituto, em regime externo (Seixas, 2015).

Em 1957, foi assinado o Decreto Federal nº 42.728/57, que promulgou a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, através do Ministério da Educação, o qual estabeleceu medidas voltadas para as necessidades das pessoas deficientes da audição e da fala, tais como planos de proteção e ajuda ao público-alvo, iniciativas assistenciais, artísticas, técnicas e científicas voltadas à educação e reeducação, organização de congressos, conferências e eventos tratando da temática, bolsas de estudo no país e no exterior, dentre outras iniciativas, fundamentais para a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), o primeiro órgão de política educacional ligado à área (Seixas, 2015).

A força de tais movimentos se deu, principalmente, após o reconhecimento da legitimidade das línguas de sinais, através do trabalho do linguista William Stokoe, que no final da década de 60 apontou evidências de que a língua de sinais possuía todos os atributos linguísticos que quaisquer outras línguas naturais e orais e que, portanto, não mais deveria ser tratada como linguagem e sim língua. Ainda, estabeleceu a relação entre comunidade, cultura, comunicação e língua, o que caracteriza o povo surdo como minoria cultural e linguística, dado que a língua está vinculada estreitamente à cultura, conforme defendido em 1987, no Encontro Global de Especialistas (Lopes, 2011).

O INES passou a ser importante palco de lutas por direitos e até os dias atuais tem se configurado como importante referencial educacional para os surdos brasileiros (Lopes, 2011). Sua consolidação como espaço de debates e formação da pessoa surda abriu caminhos para que agrupamentos familiares de surdos, até então em número restrito, fossem fortalecidos, bem como para que surgissem associações e organizações vistas como ambientes “mais produtivos para que a surdez fosse pensada a partir de bases culturais e históricas” (Lopes, 2011, p. 72). Após a legitimação da língua de sinais no mundo, o discurso da diferença cultural surda fortaleceu a busca por lugares de referência onde seria possível construir um espaço seguro, forte e sustentável, tais como a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS). Para o surdo, o contato e a busca por representatividade através de outros sujeitos surdos são preponderantes para a formação de sua identidade.

No Brasil, porém, somente após décadas de debates e reivindicações das associações e instituições que defendiam os direitos do povo surdo é que foi aprovada a Lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002, que reconhece a língua de sinais brasileira (Libras) como meio legal de comunicação “em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Brasil, 2002, s/p). A Lei determina que instituições públicas e empresas de serviços públicos garantam o atendimento e tratamento adequado às pessoas surdas, o que significa o direito de acesso a profissionais devidamente fluentes na língua de sinais. Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que define, em seu artigo 2.º, como pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da língua de sinais.

Com a conquista da Lei da Libras pelo povo surdo brasileiro, muitas das reivindicações elencadas pela FENEIS e outras instituições e associações de surdos foram estabelecidas, como o direito de acessibilidade na saúde, educação e lazer, através de tradutores/intérpretes de Libras e /ou legendas. Especialmente na educação, a perspectiva de mudança num cenário de invisibilidade e exclusão se deu com uma importante determinação: “As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa” (Brasil, 2005, p. 3).

O Decreto aponta ainda para a emergência de novos profissionais na escola: o tradutor/intérprete de língua de sinais (TILS), que mediará o processo de compreensão dos conteúdos ministrados pelos docentes em Língua Portuguesa, traduzindo-os e/ou interpretando-os em Libras para o aluno surdo e vice-versa; o professor de Libras na educação infantil e séries iniciais, que deverá ser graduado em Pedagogia e com conhecimento da Libras e do ensino de Língua Portuguesa como língua adicional (L2); o professor de Libras para séries finais do ensino fundamental e ensino médio, cuja formação deve se dar em curso de graduação de licenciatura plena em Letras Libras ou em Letras Libras/Língua Portuguesa como L2.

A necessidade de formação desses profissionais é apontada pelo Decreto:

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa (Brasil, 2005, p. 3).

O professor/instrutor de Libras também deverá atuar diretamente com o ensino de Libras em cursos de aperfeiçoamento em nível básico, intermediário e avançado para o ensino de surdos e de ouvintes que desejarem adquirir a Libras como L2. Preferencialmente, deverá ser ministrado por uma pessoa surda a quem não será exigida formação em nível superior. Todavia, para garantir o processo de ensino de alunos surdos desde as séries iniciais, é preciso que haja professores habilitados para isso, já que, conforme Skliar (2016) e Strobel (2009), a aquisição da L2 se dará de maneira mais facilitada quando o aluno surdo já domina a Libras, o que implica em um aprendizado dela como L1 o mais cedo possível. É importante destacar que Libras deverá ser ensinada o mais cedo possível, para garantir o desenvolvimento da linguagem da criança, pois para ela, a Libras é uma língua natural, por ser visual-motora, enquanto aprender a Língua Portuguesa será sempre de forma sistematizada, artificial, por sua natureza oral-auditiva.

Portanto, para que haja uma efetividade no processo educacional dos alunos surdos em escolas inclusivas, é preciso atentar para a formação dos docentes para essa atuação. Nesse sentido, para melhor compreender as especificidades dessa formação, é que buscamos compreender os caminhos, percalços e sucessos da criação do curso de Letras Libras no país, apresentando seu marco para, por fim, chegar ao processo que culminou com a chegada do curso na Universidade Federal de Sergipe.

Nasce o curso de Letras Libras no país

De acordo com o Censo realizado no ano 2000, antes da oficialização da Lei da Libras no país, havia uma população de mais de 700 mil surdos, sendo que apenas cerca de 70 mil estavam matriculados no sistema de ensino. Desses, apenas 3,85% conseguiram chegar ao ensino médio, com uma taxa de evasão de quase 80% no ensino fundamental, enquanto aqueles que conseguiram entrar no ensino superior até 2002 não chegavam a 1% da população surda (Quadros & Stumpf, 2014).

Após a oficialização da Lei, seguiram-se diversas discussões e propostas para a educação dessa minoria linguística surdos, promovidas por movimentos de associações, pesquisadores e profissionais ligados à causa. Uma das reivindicações que ganhou fôlego foi a criação de cursos que oferecessem formação para professores e tradutores de Libras, a fim de atender às demandas que surgiram após a promulgação da Lei e a fim de cumprir o proposto no Decreto 5.626/2005. Destacamos, portanto, que essa reivindicação por formação de professores de Libras já pautava as discussões antes mesmo da promulgação da Lei.

O primeiro curso no país foi implementado na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir de uma proposta feita em 2002 pelo Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, sob a responsabilidade da professora Ronice Müller de Quadros, do professor Vilmar Silva e de membros surdos representantes da FENEIS (Quadros & Stumpf, 2014). Em 2005, o projeto foi aprovado e, em 2006, teve seu início, possibilitando formação em diferentes regiões do país. Diante da extrema necessidade de formação para o ensino de Libras e de multiplicadores entre as diferentes regiões do país, o projeto foi aprovado na modalidade a distância e teve apoio do MEC, uma vez que atendia a uma medida legal, estabelecida pelo Decreto 5.626/2005, especialmente quanto à formação nos cursos de Letras Libras e em relação à prioridade de vagas das pessoas surdas.

A primeira turma da UFSC foi composta quase na sua totalidade por alunos surdos, atendendo ao que prevê o Decreto, mas em 2007, após reivindicações de candidatos ouvintes, passou a oferecer o curso de Letras Libras Bacharelado para a formação de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), uma demanda instituída para garantir a inclusão social e educacional das pessoas surdas em espaços públicos, garantindo o acesso à informação e conhecimento, conforme Decreto 5.296/2004 e Decreto 5.626/2005.

O curso de Letras Libras da UFSC EAD foi inicialmente ofertado para nove polos e ampliado posteriormente até chegar em 16 estados do país. Em sua primeira turma, a instituição formou um total de 767 licenciandos e 312 bacharéis e, desde então, tem formado pesquisadores através da parceria entre departamentos de Linguística, Educação e Estudos da Tradução (Quadros & Stumpf, 2014), muitos dos quais têm sido absorvidos pelas próprias universidades para atuação nos cursos de graduação e pós-graduação. Isso destaca o reconhecimento da aprendizagem dos estudantes surdos e evidencia a consequência positiva da implantação do curso, com a atuação de professores surdos na formação e no processo de tomada de decisões educacionais de outros surdos.

Por sua perspectiva bilíngue, o curso proporcionou não apenas a formação profissional para atender a uma demanda específica, mas fomentou a valorização social da língua de sinais e fortaleceu o vínculo do estudante surdo nas questões identitárias e culturais surdas. Para Quadros (2009), se o que se pretende é a inclusão, é preciso romper com visões de mundo do senso comum, é preciso promover o acesso às pessoas surdas para a construção de sua

identidade, ao reconhecimento social. Para isso, reconhecer a língua de sinais como potencialidade e possibilidade de constituição do sujeito discursivo e social é condição fundamental no processo.

A busca do reconhecimento dos direitos universais foram o advento de um padrão mais democrático de hierarquização que permite a qualquer pessoa, detentora do conhecimento, poder participar da esfera pública e obter reconhecimento social, esse por sua vez, só se desenvolve na esfera da interação que só é possível por meio da socialização linguística (Quadros, 2009, p. 171-172).

Conforme Quadros & Stumpf (2014), a participação efetiva dos sujeitos surdos no processo foi e tem sido fundamental, uma vez que a tomada de decisões em um currículo escolar que se quer inclusivo e bilíngue precisa contar com a presença e a voz dos principais envolvidos no processo, promovendo novas formas de pensar a educação de surdos, o que requer, no caso do curso Letras Libras, pensar em um curso delineado a partir do jeito surdo de entender e processar conceitos e conhecimentos.

Para os surdos, há muitos anos na educação, que sempre procuraram ler e escrever em português, as palavras nunca traziam a certeza, as palavras pareciam ficar perdidas. O Curso de Letras Libras inaugurou o “olhar o vídeo em língua de sinais, ‘ver’ o conhecimento (ao invés de ouvir)” e, assim, segundo os depoimentos dos nossos alunos, o pensamento mudou e tudo ficou mais claro (Quadros & Stumpf, 2014, p. 34).

O grande desafio do curso na UFSC, sem dúvida, foi sua dupla natureza: a de um curso ministrado em Libras como língua primária e pela natureza da oferta, na modalidade a distância, cuja gestão demanda procedimentos específicos, bem como planejamento, formação e produção dos materiais para sua implementação. Todavia, o uso da tecnologia foi de grande auxílio para o desenvolvimento do curso de Letras Libras, dada a necessidade de traduzir os conteúdos para Libras, o que exige a gravação de vídeos e de uma estrutura montada para a qualidade destes, o que seria inviável sem uso da tecnologia, sem falar que a difusão por meio digital atende a um maior número de estudantes em diferentes regiões, o que não seria possível na modalidade presencial.

Dado esse primeiro passo para a implantação do curso, outros documentos vieram reforçar a expansão nas universidades do país, tais como o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conhecido como Plano Viver sem Limite (Brasil, 2013), cujas metas para o período de 2011-2014, no campo da inclusão e acessibilidade no ensino superior para estudantes surdos, diziam respeito ao atendimento da proposta bilíngue definida no Decreto 5.625/2005: a contratação de 690 professores, tradutores e intérpretes de Libras, a criação de 27 cursos de Letras Libras e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue.

Para que se cumpra o que orienta o MEC no que se refere à inclusão de todos os alunos surdos em escolas regulares, é fundamental que haja a preparação de professores surdos atuantes em escolas inclusivas, com domínio do processo de aquisição da língua, especialmente a Libras e a Língua Portuguesa como L2, num nível que vá além da comunicação, mas que se configure como letramento e apropriação da língua como forma de expressão. O que ele aprende no curso de Letras Libras, as propriedades da Libras e sua equivalência com outras línguas naturais, torna-se fundamental para o futuro educador surdo, pois a valorização da sua língua, até então relegada à comunidade surda, ganha notoriedade na sociedade.

Considerando as especificidades do curso ofertado pela UFSC, é evidente seu legado na democratização, tanto pela modalidade a distância quanto, principalmente, quanto para a educação e formação de professores surdos em nível superior, historicamente excluídos de políticas educacionais dada a ausência de políticas que considerem a sua condição linguística e cultural.

METODOLOGIA

Neste artigo, um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, tratamos da historiografia do curso na Universidade Federal de Sergipe e, portanto, restringir-nos-emos aos participantes dessa etapa, tendo por questões norteadoras: Como se deu o processo de implantação do curso de Letras Libras na Universidade Federal de Sergipe? Quais os impactos dessa implantação na Instituição?

Como nosso campo empírico de análise, buscamos investigar os meandros para a efetivação do curso na UFS e seu perfil, através das memórias daqueles que fizeram parte desse movimento e que, portanto, podem colaborar com memórias que vão além do que se encontra nos documentos oficiais.

Os contatos com esses participantes foram estabelecidos após recebimento da carta de aceite do Departamento de Letras Libras – doravante DELI. Das primeiras proposições acerca da implantação de um curso de Letras Libras até a criação do DELI, pudemos perceber três etapas distintas: a primeira, da proposta inicial, ainda sem um departamento definido; a segunda, quando o curso foi alocado ao Departamento de Letras Estrangeiras (DLES) e a terceira, quando conquistou um departamento próprio.

Quatro professores foram convidados a participar da pesquisa: dois participaram da primeira fase, em que ocorreram as primeiras discussões para uma proposta de implantação, sendo o pró-reitor de graduação em exercício à época e uma das professoras que lecionavam a disciplina Libras na UFS; o chefe do DLES, ao qual o curso foi alocado após a primeira fase; e a primeira chefe do DELI, que esteve à sua frente da criação do departamento até o final de 2020.

Os professores foram contatados por telefone e e-mail e convidados a participar da pesquisa. Foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e um roteiro com questões relacionadas ao histórico do curso. As entrevistas ocorreram de forma remota, obedecendo às restrições diante da pandemia do covid-19 e se deram de acordo com a disponibilidade dos entrevistados: uma foi enviada por escrito, via e-mail; outra foi enviada por áudio através do *whatsapp*; e duas ocorreram através da plataforma de videoconferência do *Google meet*. Aquelas enviadas por áudio e através do *Google meet* foram transcritas e enviadas por e-mail para os participantes, para que analisassem e complementassem, caso achassem necessário. Destacamos ainda que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Pesquisa da UFS, atualizado conforme exigências em relação à pesquisa on-line e aprovado conforme parecer consubstanciado nº 4.530.674.

Os participantes serão identificados aqui por suas funções: Pró-reitor de Graduação, Professora de Libras, Chefe do DLES e Chefe do DELI.

Além das entrevistas aos participantes, foi realizada uma análise documental da proposta curricular e pedagógica, através de dados e documentos disponíveis na página do Departamento de Libras, no Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmicas (SIGAA/UFS), bem como outros dados disponibilizados pelo DELI e enviados por e-mail.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando um curso novo surge na grade de uma universidade, ele passou por diversas etapas, que envolvem uma proposta curricular, ementas, docentes envolvidos e, quase sempre, ele nasce em um departamento, onde vem a crescer e até se ramificar, como aconteceu com algumas engenharias. O que aconteceu com o curso de Letras Libras na UFS foi diferente: órfão, foi adotado e cresceu tanto, a ponto de ganhar um departamento próprio, um dos poucos cursos no país com tal privilégio. Vejamos como isso se deu.

De acordo com o Pró-reitor de Graduação, a proposta foi uma surpresa em sua gestão: ele recebeu um convite para participar de uma reunião para discutir a proposta, sem que dela nada soubesse. Buscou inteirar-se do fato e soube que o pacto havia sido assinado no final da

gestão do então reitor Josué Modesto dos Passos Subrinho, no início de 2012, e cujas informações haviam sido arquivadas. Segundo ele a proposta não foi uma iniciativa do Ministério da Educação, mas partiu da Casa Civil da Presidência da República, a pedido (ou recomendação) da então Presidenta Dilma Roussef. Havia, na indicação, uma previsão de que em cada estado da Federação fosse criado uma Licenciatura em Letras Libras, vinculada ao programa governamental Viver Sem Limite.

Depois dessa primeira reunião em Brasília (eu fui a mais uma), acionei o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) e o Departamento de Letras. Houve um amplo debate interno para saber quem assumiria. Esse debate foi coordenado pela Direção do CECH. Na proposta inicial havia a previsão do aporte de recursos para aquisição ou construção de um imóvel para sede do curso (esse dinheiro, segundo a Pró Reitoria de Planejamento, nunca chegou à UFS). Havia, no projeto inicial, a possibilidade de contratação de professores (Pró-reitor de Graduação, 2020).

Como não houve interesse por parte do chefe do Departamento de Letras Vernáculas à época em assumir o curso, o Pró-reitor de Graduação solicitou à chefe do CECH, a professora Iara Campelo, que organizasse uma equipe para elaboração da proposta para o curso, para a qual foram convidadas as professoras que lecionavam Libras: a professora Larissa Silva Rebouças, professora surda e primeira doutora surda formada pela UFS; a professora doutora Rita de Cácia Santos Souza; e a professora mestra Margarida Maria Teles, lotadas no Departamento de Educação (DED). Além delas também foi convidada a professora doutora Raquel Meister Ko Freitag, do Departamento de Letras Vernáculas (DLEV). De acordo com a Professora de Libras, as principais discussões feitas pelo grupo que participou nessa primeira etapa se concentravam em oferecer um curso com formação mais ampla:

[...] a ideia era que os professores tivessem uma formação para atuar desde a educação infantil até o ensino Superior e foi com essa proposta que nós montamos toda grade, toda a parte da fundamentação; no sentido de que se é uma língua do país, ela deveria ser aprendida desde a infância (Professora de Libras, 2020).

Nesse meio tempo, o Chefe do DLES, que até então não estava a par do que ocorria, foi contatado pela professora Raquel Freitag, que o atualizou sobre o fato, ao que ele respondeu que “que se é para montar um curso de licenciatura ou bacharelado em Libras, os departamentos de Letras, inclusive o DLES, deveriam ser consultados, porque Libras não é efetivamente Letras vernáculas, pois não é o vernáculo da grande maioria, inclusive dos surdos” (Chefe do DLES, 2020).

Diante disso, a professora Raquel procurou a chefe do CECH, que falou com o Pró-reitor de Graduação e então o Chefe do DLES foi convidado a uma reunião e sondado sobre a possibilidade do departamento abrigar o curso de Letras Libras, uma vez que o DLEV recusara a proposta. Ele se dispôs a levar a questão ao colegiado do curso, mas precisava de maiores detalhes. O Pró-reitor enviou-lhe então o pacto assinado pela UFS, a legislação que regia o Plano Viver Sem Limite, as correspondências trocadas com a SECADI e, na próxima reunião com o MEC em Brasília, o chefe do DLES foi enviado, a fim de se inteirar do que estava acontecendo.

Na reunião, recebemos as informações específicas, não só sobre as verbas disponibilizadas, mas também sobre o que as outras unidades da Federação estavam fazendo. Encontrei também colegas que [...] me ajudaram a entender melhor a situação, que era a seguinte naquele momento: uma parte do Pacto Viver Sem Limite era a criação de licenciaturas para formação de professores ou intérpretes de Libras, então todas as unidades da Federação tinham a opção de escolher se criava um curso de licenciatura para formar professores de Libras, que foi a opção de todas as universidades [...]. Conversei bastante com a prof. Ronice Quadros e com a Vilma, que era a diretora do INES naquele momento e entendi o que estava

acontecendo: tínhamos que montar um curso para formar professores de LIBRAS [...] para atuar no ensino fundamental e ensino médio (Chefe do DLES, 2020).

Retornando à Universidade e apresentando o que de fato seria a proposta à reitoria, ao CECH e ao colegiado do DLES, ele recebeu a tarefa de elaborar, em 24 horas, um novo projeto para apresentar ao MEC e, caso não conseguisse, aprovariam o projeto elaborado pelas professoras Rita, Raquel, Margarida e Larissa. A montagem de um curso, atendendo a todas as exigências que o MEC determina, “é algo extremamente complicado, pois você tem a resolução que rege, o regimento, todos os anexos sobre disciplinas obrigatórias, optativas, ementas, TCC, regulamentos sobre estágios, enfim, um documento bastante complexo” (Chefe do DLES, 2020).

A tarefa foi realizada com apoio de uma comissão formada por professores de outros cursos do DLES, que organizou as grades e ementas com base no que já se tinha dos outros cursos, acrescentando às disciplinas obrigatórias e comuns aos cursos de Letras aquelas específicas à Libras, como Literatura em língua de sinais, Libras I, II e III, com as devidas adaptações. Ele contou, nessa tarefa, com a orientação da professora e pesquisadora renomada em língua de sinais, Lucinda Ferreira, e da professora Deise, coordenadora do curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 24 horas, conforme acordado, essa etapa foi concluída, resultando num documento com cerca de 300 páginas, que foi rapidamente aprovado no CECH, no CONEPE e no CONSU.

O passo seguinte foi a recuperação das vagas para docentes e técnicos, bem como a organização do primeiro vestibular, montado com apoio de alguns professores convidados para compor o curso. Foi necessária muita negociação para a composição das questões, para garantir certo número de intérpretes, dentre outros. “Foi um processo de erros e acertos, pois éramos muitas cabeças pensando em como melhorar esse vestibular, em como corrigir as redações dos candidatos surdos, pois era um outro tipo de Português” (Chefe do DLES). O primeiro vestibular selecionou os 30 primeiros alunos de Letras Libras, sendo cerca de 20 deles surdos.

E a primeira turma foi uma turma de muitos surdos. Todas as vagas de surdos foram completadas, depois houve algumas desistências, mas até onde lembro, era algo do tipo de dois terços da turma era de surdos e um terço de ouvintes. Isso também foi um problema. Foi uma turma de surdos e um curso pensado para surdos, formar surdos professores, até porque formação de cursos para ouvintes, já tínhamos muitos, desde a década de 90, mas que se dirigissem a formar surdos do lugar de fala deles, para atuarem como professores da língua deles, isso ainda não tinha sido pensado (Chefe do DLES, 2020).

Para o início das aulas, um novo entrave surgiu: a necessidade de um espaço que não fosse móvel, porque necessitava de recursos para as aulas sinalizadas, como televisão e *datashow* fixo (que não existia à época). O recurso financeiro prometido para a implantação do curso, conforme o Pró-reitor de Graduação e o chefe do DLES, nunca chegou. “Eu escrevi inclusive para o próprio ministro [...], ligava para o MEC e eles diziam que esse dinheiro já tinha ido para a universidade” (Chefe do DLES, 2020), enquanto na universidade diziam que nada chegara. Para dirimir o impasse, foi convocada uma reunião com a chefe do CECH, que se responsabilizou por aparelhar uma sala com os recursos necessários para que fosse possível convocar a primeira turma e começar o curso, o que ocorreu no primeiro semestre de 2014, sob a chefia do DLES, na pessoa do professor doutor Sandro Márcio Drumond Alves Marengo, tendo como sua primeira coordenadora a professora doutora Cleide Emília Faye Pedrosa, com mandato para o biênio 2014-2016.

O curso Letras Libras Licenciatura funciona no turno matutino e teve seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) aprovado sob a Resolução de nº 50/2013/CONEPE, em 21 de novembro de 2013, com o principal objetivo de “formar profissionais competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a Libras, em contextos verbais, não

verbais e escritos, conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro” (UFS, 2013, p. 2).

O ingresso é anual, mediante processo seletivo realizado pela UFS através da Coordenação de Concurso Vestibular (CCV), diferindo de outros candidatos, que ingressam via Sistema de Seleção Unificada (SISU) por meio de sua nota no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM. Essa medida, de ingresso especial por meio da CCV, se dá em consonância com a Resolução 29/2017/CONEPE, que, por sua vez atende às legislações que tratam dos direitos de formação, linguísticos e de prioridade das pessoas surdas em determinadas situações, tais como o Decreto Nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, a Lei da Libras, o art. 18 da Lei nº 10.098/2000, o Decreto Nº 5.296/2004, a Recomendação nº 001/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), que trata do princípio de acessibilidade da pessoa surda ou com deficiência auditiva em concursos públicos, em igualdade de condições com os demais candidatos, focando no visual como diferenciador do aprendizado.

Os candidatos são submetidos a duas provas de conhecimentos específicos: uma que trata da leitura e compreensão de textos em Língua Portuguesa e em Libras, contendo 20 questões objetivas, com peso 1; uma prova de redação, em que deverá desenvolver um texto dissertativo-argumentativo, cuja proposta será projetada em Libras ou em Língua Portuguesa, de acordo com a opção feita na inscrição do candidato. Esta prova conta com a presença de intérpretes para garantir a acessibilidade dos candidatos surdos e possui peso 2.

Os primeiros semestres deixaram evidentes aos professores envolvidos a necessidade do curso contar com um departamento próprio, uma vez que as especificidades do curso tornavam as reuniões com os demais membros do DLES e representantes de outros cursos de línguas estrangeiras momentos desgastantes, o que mobilizou um debate entre membros do colegiado acerca das particularidades do curso e deliberou, em 2016, na constituição de uma comissão para dar os encaminhamentos necessários para o desmembramento de curso de Letras Libras Licenciatura do DLES, criando o Departamento de Letras Libras – DELI, através da Resolução nº 40/2016/CONSU de 21 de novembro de 2016, sob a coordenação da professora mestra Alzenira Aquino de Oliveira, cujos mandatos se deram nos biênios 2016-2018 e 2018-2020.

O processo de aprovação da criação do DELI, conforme a Chefe do DELI, foi bastante rápido, inclusive a UFS “é uma das raras Universidades em que Letras Libras tem um departamento só seu, pois na maioria das Universidades ele está no departamento de Comunicação ou de Letras Vernáculas”. Todavia, implantá-lo, sem um espaço físico próprio, exigiu muito da chefia e de seu corpo docente e técnico:

[...] a gente não sabia o que um chefe de departamento fazia exatamente, quais as atribuições. O que a gente sabia é que não tinha nada, em termos físicos: não tinha uma sala, não tinha móveis, não tinha um computador, não tinha nada. A gente só tinha os recursos humanos. Na época, éramos 12 professores, então fomos correndo atrás para ver essa parte administrativa. Nós conseguimos uma sala emprestada do departamento de psicologia, era subdividida em dois ambientes, mas era só essa sala. A gente ocupou a sala e conseguiu a doação do DLES de um computador, de uma escrivaninha, uma mesinha de computador. A gente começou desse jeito (Chefe do DELI, 2020).

Atualmente, o DELI conta com um quadro composto por dezessete professores efetivos, sendo dez doutores (destacamos uma docente surda entre eles) e sete mestres (sendo um docente surdo) e dois professores substitutos (ambos surdos). Seu corpo administrativo é composto por um assistente administrativo, um técnico audiovisual e uma Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais (TILS).

A criação do espaço físico do DELI, localizado ao lado do Centro de Vivência, também envolveu desgastes, tanto pelos cortes que ocorreram nas verbas educacionais (reduzindo os 4

milhões iniciais pela metade), quanto pela extinção do órgão responsável pela implantação do curso no país, como também por questões burocráticas orçamentárias, uma vez que a verba destinada não veio com um código específico do Plano Viver Sem Limite e acabou sendo confundida com educação bilíngue, fazendo com que parte dela fosse dispensada para outro programa federal.

Enfim, quando descobrimos que esse recurso era só de um milhão, a gente começou a correr atrás [...]. Fizemos algumas reuniões com reitor, que era o professor Ângelo e ele assegurou que daria contrapartida da UFS e foi feito um pedido de orçamento ao setor de construção civil da UFS, de quanto ficaria. Nós fizemos algumas reuniões com o pessoal da engenharia para dizer o que a gente precisava para estruturar o departamento. Então foi identificado que o valor não cobria nem um terço do que era necessário. Foi quando os engenheiros deram a opção dos contêineres, modulares, para que a gente tivesse a instalação do departamento. Tivemos muitos debates, a planta nos foi dada, a gente construiu juntos essa planta, participamos da elaboração de tudo, mas a gente tinha muitos receios quanto aos contêineres [...]. Outra luta, outra dificuldade, foi quanto ao local de instalação. Vários locais foram sugeridos, mas a gente também recusou até que aquele local ao lado da Vivência nos foi dado, porque a gente não queria que ficasse distante dos outros departamentos e das didáticas, porque seria uma segregação, seria um isolamento (Chefe do DELI, 2020).

Uma vez que o processo de construção foi encerrado, formou-se uma comissão entre os docentes e técnicos para vistoriar as dependências, que comprovou a aptidão para funcionamento, mas a autorização da Reitoria para ocupação não chegava. Isso gerava desgastes entre o corpo docente, que não possuía sala, nem espaço para reuniões: “Na época nós já tínhamos 14 professores [...], tínhamos três funcionários administrativos na secretaria, tínhamos 4 interpretes de libras, tudo numa sala só. Não tínhamos espaço físico para que humanamente convivêssemos diariamente, em trabalho”. Como resolviam isso? “A gente vivia em salas emprestadas, pedíamos auditório emprestado para o departamento de geografia, que nos ajudou imensamente; o DLES também continuou sendo nosso parceiro”. A solução encontrada pela Chefe do DELI foi ocupar o prédio, em 2018, mesmo sem autorização da Reitoria, sem solenidade de descerramento de placa ou quaisquer outros protocolos. E assim foi feito.

A primeira graduação ocorreu em 2018-1, num total de 10 concludentes, sendo 7 surdos. Em 2019-1, dentre os 11 concludentes, 5 foram surdos e, em 2020-1, dos 4 formados, houve um surdo. Atualmente existem três turmas em andamento, num total de 180 alunos matriculados, conforme dados disponíveis na página do curso no SIGAA. O curso teve início em 2014 e, em 2019, obteve nota 4.35 em sua primeira avaliação pelo MEC, uma importante conquista, algo inédito na UFS, já que essa nota foi obtida em sua primeira visita de reconhecimento. Desde sua primeira turma, em 2014, o curso contou com alunos surdos e ouvintes:

Tabela 1. Matrícula de estudantes por ano de ingresso.

| Ano | Matrículas | | Total |
|-------|---------------|-----------------|-------|
| | Alunos surdos | Alunos ouvintes | |
| 2014 | 19 | 10 | 29 |
| 2015 | 06 | 23 | 29 |
| 2016 | 09 | 16 | 25 |
| 2017 | 02 | 24 | 26 |
| 2018 | 04 | 23 | 27 |
| 2019 | 12 | 14 | 26 |
| 2020 | 05 | 27 | 32 |
| Total | 57 | 137 | 194 |

Fonte: Departamento do curso de Letras Libras.

Chama-nos a atenção a queda no número de estudantes surdos nos anos seguintes à sua primeira matrícula, apesar do fato, previsto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto 5.626/2005, de que eles terão sempre prioridade nos cursos de formação em Letras Libras. Buscamos compreender as razões para isso. De acordo com a Chefe do DELI, o alto número de surdos da primeira turma é uma consequência lógica, devido à demanda reprimida no estado; aqueles que já haviam concluído o ensino médio à época fizeram de imediato e conseguiram passar; até porque a maioria possuía fluência em Libras, muitos já atuavam como instrutores. Ela salienta o quadro histórico de formação deficitária do surdo que não se restringe a Sergipe, com alto número de evasão na educação básica, em que poucos chegam ao final do ensino médio e muitos destes com conhecimento deficitário da língua de sinais.

Para a queda no número de surdos da segunda turma em diante, a chefe do DELI atribui, além do fato de que a maioria de surdos habilitado no ensino médio já ter entrado na primeira turma, ao processo desgastante ocorrido pela instabilidade do espaço físico, sofrido pela primeira turma, ainda sem um número suficiente de professores em seu quadro, embora nenhuma disciplina tivesse sido deixada de ser ofertada, mas “não tem como negar que essa primeira turma sofreu essa instabilidade da implantação e da insuficiência de recursos, seja humano, sejam físicos e administrativos do próprio departamento”.

O fato de ser ofertado apenas no turno matutino também precisa ser levado em consideração, “porque muitos fazem a seleção na esperança de fazer o curso, mas depois se dão conta da dificuldade com trabalho” (Professora de Libras, 2020). Quanto a isso, a Chefe do DELI afirma que as dificuldades maiores são apresentadas por alunos ouvintes, “até hoje não houve o registro de nenhuma desistência ou evasão de alunos surdos no curso”, caso que o período da pandemia tem ajudado a resolver, “porque como existe essa liberdade, digamos assim, de acompanhamento das aulas em tempo síncrono, eles podem acessar as aulas gravadas, tanto surdos quanto ouvintes”.

Um outro ponto colocado pela Professora de Libras diz respeito ao fato de que [...] fomos trabalhando também essa compreensão com os estudantes de que não era só o curso de Letras Libras que eles poderiam fazer, eles poderiam fazer parte de qualquer curso que eles desejassem. Então aos poucos, a partir dessa conscientização, muitos alunos já não se inscreviam apenas para Letras Libras, mas também para outros cursos (Professora de Libras, 2020).

Para muitos alunos surdos, a existência de um curso de Letras Libras tem sido a esperança de cursar o ensino superior, de ter acesso à universidade, “eles foram criando expectativa de que se fizessem o ensino médio teriam um curso em que poderiam estudar a língua, que poderiam ser professores da língua” (Chefe do DELI). Por isso, desde 2015, que há uma campanha realizada pela coordenação e chefia do curso, de visitar escolas de ensino médio com matrícula de surdos, esclarecendo o curso, incentivando a matrícula, o que rendeu resultados, conforme visto na tabela 1, pois em 2019 houve um aumento significativo nas matrículas desses alunos. Há, em andamento, uma solicitação de criação de uma turma no turno noturno, bem como de um curso de bacharelado, voltado para a formação de tradutor e intérprete de Libras/Português.

Por conta da pandemia está tudo meio interrompido, mas acredito que continue acontecendo isso, tanto porque eles estão mais interessados e correndo mais para se formarem, para terem a educação básica e estarem aptos ao ensino superior, quanto também desmistificando essa ideia de que o curso muito difícil, de que não vão conseguir (Chefe do DELI, 2020).

A criação do curso Letras Libras faz parte das muitas estratégias, políticas e ações nacionais advindas do pacto acordado desde a Declaração de Salamanca, que prevê a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, segundo o princípio universal da participação de todos com equidade. Através de Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva

Inclusiva, investimentos na acessibilidade estrutural, pedagógica e comportamental têm sido promovidos. No ensino superior, foram criadas divisões e comitês de apoio e ações inclusivas, adequações estruturais e físicas para evitar barreiras de acesso e promoção de cotas sociais e inclusivas para ingresso.

Na UFS não foi diferente e, pensando especificamente sobre o impacto que essas ações voltadas para a inclusão da pessoa surda têm provocado em seus espaços, buscamos compreender o que os participantes destacam nesse cenário. Uma das mudanças a partir do curso, apontadas pelos chefes do DLES e do DELI, foi a publicação, na página da UFS, de todas as chamadas em língua de sinais, através da Divisão de Ações Inclusivas - DAIN. Outro ponto foi a criação de um comitê gestor do programa de ações inclusivas, criado em 2019, o ProIncluir, responsável pela criação de ações de acessibilidade na UFS para todas as pessoas com deficiência. A acessibilidade atitudinal e pedagógica têm sido importantes conquistas, conforme os depoimentos:

Num primeiro momento, a gente vê que o impacto do curso foi muito grande e eu considero muito positivo no sentido de que a gente abriu portas para novas possibilidades no processo de inclusão. Hoje nós temos estudantes surdos em vários cursos da Universidade Federal de Sergipe. Então o curso de Letras Libras deu mais visibilidade para eles [...]. A partir do curso, começou-se a pensar nas estratégias de ensino, nos recursos, na acessibilidade, na chegada de intérpretes. Então tudo isso foi impacto que chegou para Universidade, tudo isso faz parte desse impacto e que maximiza as possibilidades de inclusão da pessoa surda, mas não só da pessoa surda. Penso que a chegada do curso e a criação do departamento marcam uma presença na universidade e abre a discussão para inclusão de todos (Professora de Libras, 2020).

Como disse, ainda estamos longe, muito longe de ser o ideal, mas diante do quadro que tínhamos lá em 2012, 2013, o que a UFS é hoje é o retrato dessa luta que tivemos lá atrás. Hoje somos muito mais inclusivos. Tem a TV UFS com as sinalizações, temos as provas, existe espaço específico para Letras Libras, as pessoas estão interessadas em aprender Libras, nossos alunos ocupam espaços e não só espaços pedagógicos. Por exemplo, o curso Letras Libras tem o Breno, que na área do empreendedorismo criou uma sorveteria inclusiva, a Il Sordo. Ele foi nosso aluno de Letras Libras. Então de certa forma, um curso para surdos conseguiu empoderar os surdos, eles tiveram uma voz que não tinham antes [...]. Foi necessário dar um olhar diferente e vimos no que as coisas se transformaram. Nós temos professores surdos efetivos no curso de Letras Libras, temos professores substitutos hoje no ensino superior em letras Libras e formados pelo nosso curso. Temos surdos em atividades de empreendedorismo aqui, nossos intérpretes são reconhecidos em todo o cenário sergipano (Chefe do DLES, 2020).

Hoje, no DELI, existem dois professores efetivos surdos, um mestre e um doutor. Além desses, existem dois professores surdos temporários, atuando no ensino da Libras. Professores egressos do próprio curso. O retorno desses ex-estudantes, agora como professores, impactou significativamente as pessoas dos setores de contratação, mas impactam, principalmente, outros estudantes surdos, afirma a Chefe do DELI: “Então é um exemplo impagável para eles ver os próprios colegas surdos hoje professores da UFS. Então eles dizem: posso ser eu amanhã. E sim, pode! Toda essa expectativa vai aumentando o ingresso”.

Confrontar os setores da UFS com a necessidade de inclusão linguística a que têm direito os estudantes surdos tem sido um trabalho do DELI, na pessoa de sua ex-chefe, através de atitudes assim:

[...] o primeiro professor surdo que assumiu como substituto no Deli foi fazer a entrega dos exames para admissão, para que o médico sentisse esse impacto. Porque se ele já chegasse lá de imediato com o interprete, o médico não ia ser chamado a atenção disso, o pessoal do setor não ia chamar a atenção para que é ele que não sabe a língua, não ia se sentir mal. Eu

provoquei sim e, em várias situações, mandei: - Vai lá e se eles não conseguirem entender, então o setor é que vai ter que reivindicar um intérprete [...], porque são eles que não estão conseguindo se comunicar com você. Você é alguém que tem nível superior, que foi aprovado, está apto para assumir seu emprego. Então se o setor não está com habilidade de te atender, ele que peça a alguém para fazer esse trabalho, mas deixando claro que é o ouvinte que não sabe a língua e não que é o surdo que não é capaz de se comunicar. Então isso aconteceu várias vezes [...]; eu sempre fiz questão de imprimir enquanto estava na gestão, essa característica de um departamento reivindicatório, um departamento que não se acomoda e de um departamento que sempre vai estar lá, batendo na porta, pedindo um pouco mais (Chefe do DELI, 2020).

A partir dos relatos, é evidente a promoção de ampliação do conceito de inclusão na universidade. Ainda mais, é evidente o impacto no processo de empoderamento dos próprios estudantes surdos, que se refletem em seu retorno à própria academia como professores, o que reafirma a importância do trabalho desenvolvido pelo curso, uma vez que o fruto atende às demandas da própria instituição. Além disso, o exemplo desses ex-alunos vai refletir nos desejos de outros estudantes surdos na educação básica, oferecendo-lhes a possibilidade de aprofundar o conhecimento da própria língua e de fazer parte de uma rede formativa. O que nos leva a reafirmar que inclusão não se limita a adequações físicas. É preciso viver a inclusão na sua essência, em que todos convivam e compreendam as singularidades do outro e contribuam para que todos tenham o direito de aprender com equidade.

CONCLUSÃO

O curso de Letras Libras surgiu, no cenário nacional, como resultado de luta e de reivindicação da comunidade surda para o povo surdo, atendidas por determinação do Decreto 5.626/2005. Destaca-se a atuação do INES, primeira instituição de educação e de formação de professores surdos e da FENEIS, importante representação na luta por direitos da pessoa surda. Além dessas instituições, ganha destaque o trabalho desenvolvido pela professora Dra. Ronice Müller de Quadros, desde 2002, voltado ao ensino de Libras e educação de surdos, em colaboração com professores surdos da UFSC, que levou à inserção de Libras como disciplina na UFSC e lançou, em parceria com a Feneis e o INES as bases para a criação do primeiro Curso de Letras Libras no país, cujo projeto foi aprovado em 2005.

Neste trabalho, objetivamos apresentar o histórico do curso na Universidade Federal de Sergipe, resgatando memórias e desvelando os meandros desde as primeiras determinações federais para sua implantação até a criação do DELI, com destaque para os impactos destes e da presença dos alunos surdos na Instituição.

Desde as reuniões departamentais, em que se precisava constantemente reafirmar e explicar as especificidades e necessidades desses estudantes, da necessidade da presença de intérpretes em salas de aula e de adequação dos informes oficiais, ou ainda do quanto se precisa avançar para que materiais e recursos didáticos acessíveis tornem-se elementos comuns, muitos têm sido os impactos e as mudanças evidentes para que a universidade possa se caracterizar como inclusiva, de fato. A partir das narrativas, ficou evidente o processo de luta, embates e desgastes, já tão comum no que diz respeito à garantia de direitos das pessoas surdas, mas quando se avalia o saldo de toda essa trajetória, verifica-se, principalmente, o quanto esse processo impactou os envolvidos, direta ou indiretamente e o quanto se tem avançado no processo de inclusão desses estudantes no ensino superior.

Para os estudantes surdos, o curso tem se apresentado como um espaço de identificação, de referência e empoderamento, seja na atuação docente, seja em outras áreas. O surdo tem conquistado espaços, tem ganhado voz e, principalmente, sem perder sua identidade. Quando se pensa no quanto a presença do curso e de um maior número de surdos tem promovido mudanças na Instituição, é evidente o avanço em termos inclusivos, não apenas para surdos,

pois abre espaço para a inclusão de todos e, principalmente, para que os alunos, de modo geral, possam conviver com essas diferenças, aprendendo de forma inclusiva, como ocorre no curso Letras Libras.

AGRADECIMENTOS: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Souza, A. A. N.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Silva, V. A.: revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Souza, R. C. S.: revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Todas as autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Bentes, J. A. O., & Hayashi, M. C. P. I. (2016). Normalidade, diversidade e alteridade na história do instituto nacional de surdos. *Revista Brasileira de Educação*, 21(67), 851-874. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216744>
- Brasil (2002). Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm
- Brasil (2005). Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
- Brasil (2013). Cartilha Viver sem Limite - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Recuperado de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-com-deficiencia/cartilha-viver-sem-limite-plano-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/view>
- Lopes, M. C. (2011). Surdez e educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Moura, M. C. (2000). O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter/FAPESP.
- Quadros, R. M. (2009). O primeiro curso de graduação em Letras Língua Brasileira de Sinais: educação à distância. *ETD – Educação Temática Digital*, 10(2), 169-185. <https://doi.org/10.20396/etd.v10i2.984>
- Quadros, R. M. (2014). Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Quadros, R. M., & Stumpf, M. R. (2014). Letras Libras EaD. In: Quadros, R. M. (Org.). Letras LIBRAS: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Ed. Da UFSC, p. 9-35.
- Rocha, S. M. (2008). INES e a educação de surdos no Brasil. Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES.
- Seixas, C. P. (2015). O Instituto Nacional de Educação de Surdos e a formação de professores para surdos em Sergipe (1959-1961). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Skliar, C. (2016). Atualidade da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística. Porto Alegre: Mediação.
- Strobel, K. (2009). História da educação de surdos. Módulo do Curso de Letras/Libras – UFSC. Florianópolis: UFSC.
- UFS (2013). Resolução Nº 50/2013/CONEPE. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras LIBRAS, período Matutino, e dá outras providências. Recuperado de: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=912
- Recebido:** 18 de abril de 2021 | **Aceito:** 1 de maio de 2021 | **Publicado:** 5 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.